Operação Mãos Sujas

É mais fácil o senador Jader Barbalho convencer o Brasil de que jamais participou do desvio de depósitos no Banco do Estado do Pará, nos anos 80, do que encontrarmos, entre os signatários do pedido de abertura da chamada CPI da Corrupção, um único deputado ou senador de fato interessado, exclusivamente, em esclarecer todas (ou qualquer uma) das 19 (!) denúncias de alegados assaltos ao Erário arroladas como objeto da pretendida, e obviamente inviável, megainvestigação parlamentar.

Embora seja mais do que legítima a aspiração da sociedade de saber o que é real e o que é falso nas acusações que dominam o noticiário, e de ver devidamente identificados e punidos os criminosos de colarinho-branco – e ainda que muitos brasileiros tenham sido levados a acreditar, desde o caso Collor, que as CPIs são o melhor instrumento de defesa da moralidade pública –, a opinião pública não pode ignorar que o "cepeísmo" a que vêm se dedicando os partidos de oposição no Congresso Nacional é, essencialmente, um circo, uma fraude.

Quando o senador Antonio Carlos assina o requerimento da CPI, a sua intenção é aniquilar o arquiinimigo Barbalho, criar embaraços para o governo com o qual rompeu por causa do conflito sucessório no Senado e ainda pavimentar o caminho para uma possível candidatura à Presidência da República, na condição de cruzado-mor da ética na política.

Quando o senador Barbalho, para subscrever o pedido, exige que a CPI apure, além de tudo o mais, irregularidades supostamente cometidas pelo político baiano, o seu intuito não era apenas salvar-se da desmoralização de que não escaparia, caso se recusasse a fazê-lo, como lhe pedira o presidente: ele quer destruir a imagem de moralizador que Antonio Carlos vem polindo e, ainda, mostrar-se independente do Planalto, o que uma corrente do seu partido, o PMDB, julga apropriado tendo em vista a sucessão presidencial.

Quando, por sua vez, o PT e os seus aliados jogaram a cartada da CPI, fizeram-no para liquidar politicamente tanto Barbalho quanto Antonio Carlos, mas, sobretudo, para "inviabilizar" o governo Fernando Henrique. A palavra consta, com todas as letras, em documento da direção petista. Apurar casos de corrupção é mero pretexto para camuflar a verdadeira natureza desse projeto: uma aposta na crise institucional.

Todos os atores dessa farsa, portanto, exibem – para quem souber ver – as mãos sujas por interesses que, de comum, têm apenas a torpeza de atentarem contra o interesse nacional. O Brasil que se dane! Em entrevista ao **Estado**, publicada ontem, o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, do PMDB, para quem "uma CPI paralisaria o País", disse que o Brasil é surrealista: "É um país que está no caminho certo, mas a sua classe política está no caminho errado."

Vasconcelos tem muita razão, mas o problema é pior do que ele crê: a classe política brasileira, que a consolidação da democracia transformou na mais importante elite dirigente do País, embora ela não demonstre ter a mínima consciência dessa missão, é integrada, numa proporção alarmante, por elementos desprovidos, já nem se diga de honradez e visão ampla, mas de elementar senso de responsabilidade perante o País, especialmente no momento em que graves fatores externos podem se interpor no "caminho certo" de que fala o governador pernambucano.

No caso das oposições, a irresponsabilidade e o apego à mentalidade do "quanto pior, melhor" não surpreendem. Nesses seis últimos anos, quando foi que elas colocaram o Brasil acima de seus rancores políticos e frustrações eleitorais? O desalentador é que, guiados pelo mais cínico oportunismo, setores do PMDB e do PFL, partidos que formam a base do governo, parecem estar "fazendo *hedge*", como escreve o cientista político Eduardo Kugelmas, da USP, a fim de se precaverem para os imponderáveis do pleito de 2002.

Uma CPI da corrupção poderia ser um instrumento interessante para que esses "aliados" se desvinculem da sua condição governista, caso isso se torne conveniente do ponto de vista eleitoral. Assim, se o foco da campanha eleitoral for a restauração da moralidade, o PFL, invocando o senador Antonio Carlos, terá meios de rivalizar com o PT, como o maior defensor da ética na política. Já, se a condução da economia for a tônica predominante, o PMDB, que nunca rompeu de todo com o nacionalismo estatista, correrá para disputar com o PT o papel de crítico do programa de reformas liberais da era Fernando Henrique.

Há de tudo no pedido de CPI, menos interesse investigativo autêntico

Em nenhuma dessas "estratégias" preparatórias para a captação de votos, as considerações sobre o futuro e o interesse maior do País terão lugar assegurado.